

# MONITORAMENTO DAS DESIGUALDADES ASSOCIADAS ÀS METAS DE EDUCAÇÃO: O EXEMPLO DO TEMPO INTEGRAL

Rodrigo Travitzki, Doutor em Educação (USP), [r.travitzki@gmail.com](mailto:r.travitzki@gmail.com)

## Introdução ao problema

As desigualdades educacionais podem ser produzidas e reproduzidas de diversas formas, como se sabe desde meados do século passado. Para garantir o direito a uma educação gratuita com qualidade, como estabelece a Constituição Federal, é preciso estar atento às desigualdades. No Plano Nacional de Educação (PNE/14), há limitações em relação ao monitoramento das desigualdades (COUTINHO; ALVES, 2019; SIMÕES, 2016). Muitas metas se referem à universalização de acesso mas, até que essa universalização se concretize, a tendência é que os excluídos sejam os mais vulneráveis, justamente quem mais precisa da escola pública. A Meta 6 visa à ampliação do tempo integral, porém há evidências de que as escolas de tempo integral privilegiam alunos menos vulneráveis (GIROTTI; CÁSSIO, 2018; TCE/SP, 2023).

No PNE/14, a desigualdade é diretamente tratada em poucos momentos – nas Estratégias 1.2, 6.2 e 20.12 e nas Metas 4 e 8. A Meta 8 apresenta uma estrutura generalizável: um indicador geral e três indicadores específicos de desigualdade (INEP, 2022). Este formato pode ser útil, no contexto do novo Plano Nacional, para um monitoramento das desigualdades mais sistematizado, amplo e potencialmente útil na garantia do direito à educação.

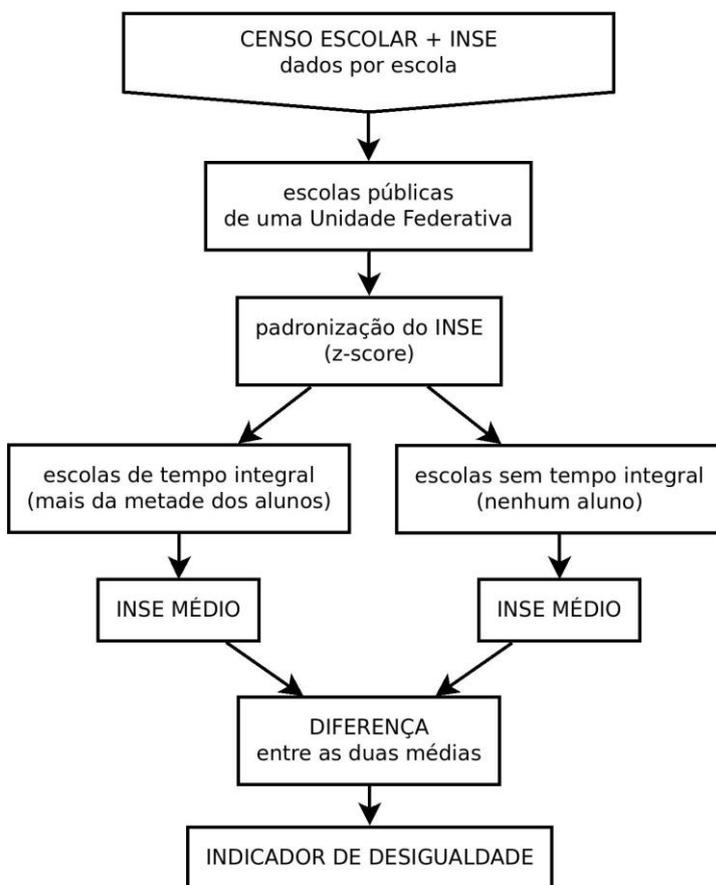
Neste artigo, exploramos um indicador de desigualdade para a Meta 6. A escolha da Meta 6 se deve não apenas às evidências de desigualdade na implementação das políticas de tempo integral, mas também porque a recente lei que institui o Programa Escola em Tempo Integral estabelece que "a criação de matrículas na educação básica em tempo integral priorizará as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica" (Lei 14.640/2023, inciso III, §3º, art.3º).

O artigo inicia propondo um indicador de desigualdade e a seguir descreve resultados desse indicador e de outras variáveis. Resultados por estado podem ser acessados no Painel XXX. Das três dimensões da desigualdade – de acesso, de tratamento e de conhecimentos (THOMAZINHO; OLIVEIRA, 2016) – este artigo e o painel abarcam as duas primeiras.

## Desenvolvimento

Desenvolvemos um indicador de desigualdade socioeconômica no tempo integral, com base no Censo Escolar e no Indicador do Nível Socioeconômico (INSE), ambos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O método é resumido na Figura 1.

Figura 1: método de cálculo do indicador de desigualdade no tempo integral



Fonte: elaboração própria.

Para calcular o indicador, inicialmente define-se dois grupos: 1) as escolas *de Tempo Integral* (TI), com mais da metade dos alunos estudando em TI; 2) as escolas *sem TI*, sem nenhum aluno em TI. Depois, executa-se as etapas seguintes para cada Unidade Federativa:

1. padronizar (*z-score*) o INSE incluindo todas as escolas públicas;
2. calcular a média do INSE em cada um dos dois grupos de escola;

3. calcular a diferença entre as médias do passo anterior: escolas de TI menos escolas sem TI.

O indicador de desigualdade mede a diferença de nível socioeconômico entre alunos de escolas de TI e alunos de escolas sem TI. Quanto maior essa diferença, mais as políticas de TI tendem a aumentar as desigualdades já presentes na rede.

Os dados incluem as 105.220 escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, sendo a maior parte dos resultados relativos às 20.769 de Ensino Médio. Destas, foram identificadas 4.700 escolas de TI e 9.322 escolas sem TI.

Os resultados mostram que no Ensino Médio há mais alunos em TI (20%) do que no Fundamental (14%) e também maior desigualdade na implementação. O indicador de desigualdade apresentou média de 0,56 no Ensino Médio e 0,27 no Fundamental. Seguindo a interpretação de Cohen, um efeito de 0,5 seria médio e um de 0,2 seria pequeno, porém no caso das políticas de educação há evidências de que 0,5 já represente um efeito grande (KRAFT, 2020). Vale ressaltar que neste trabalho não foram utilizados métodos experimentais ou quase-experimentais.

Mesmo limitados, tais parâmetros ajudam a interpretar a parte esquerda inferior da Figura 2, que mostra os resultados por estado, com destaque ao Maranhão. Nota-se que apenas a Paraíba não apresentou desigualdade, apresentando um valor negativo no indicador. Já o Maranhão apresentou valor maior do que 1, que pode ser interpretando como um efeito grande. Ou seja, as escolas de TI atendem a um perfil de aluno com maior nível socioeconômico, comparadas às escolas sem nenhum aluno em TI.

A Figura 2 é um painel de monitoramento que serve como exemplo, a ser aprimorado, da integração dos indicadores da meta com indicadores de desigualdade.

Figura 2: exemplo de painel de monitoramento do tempo integral

# Maranhão: Escolas Públicas de Ensino Médio

Já alcançou as metas do Plano Nacional?

**13%**

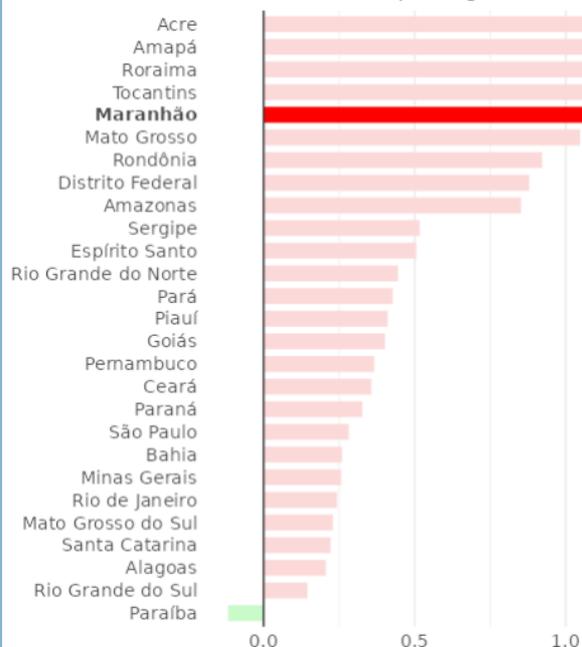
dos alunos estudam em tempo integral

**35%**

das escolas oferecem tempo integral

Desigualdade no Nível Socioeconômico das famílias

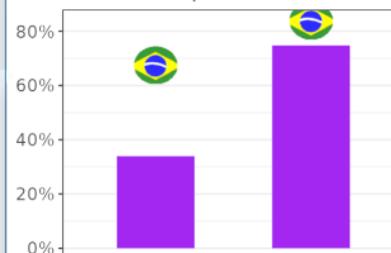
Diferença de Nível Socioeconômico entre as escolas DE tempo integral e as escolas SEM tempo integral



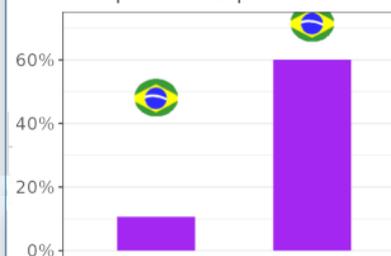
Diferenças entre escolas



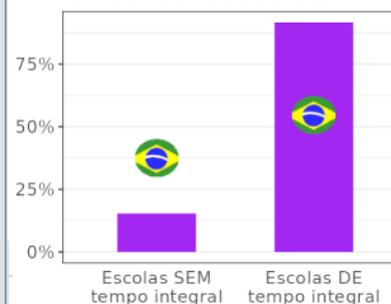
Tem internet para os alunos



Tem quadra de esportes coberta



Tem laboratório de ciências

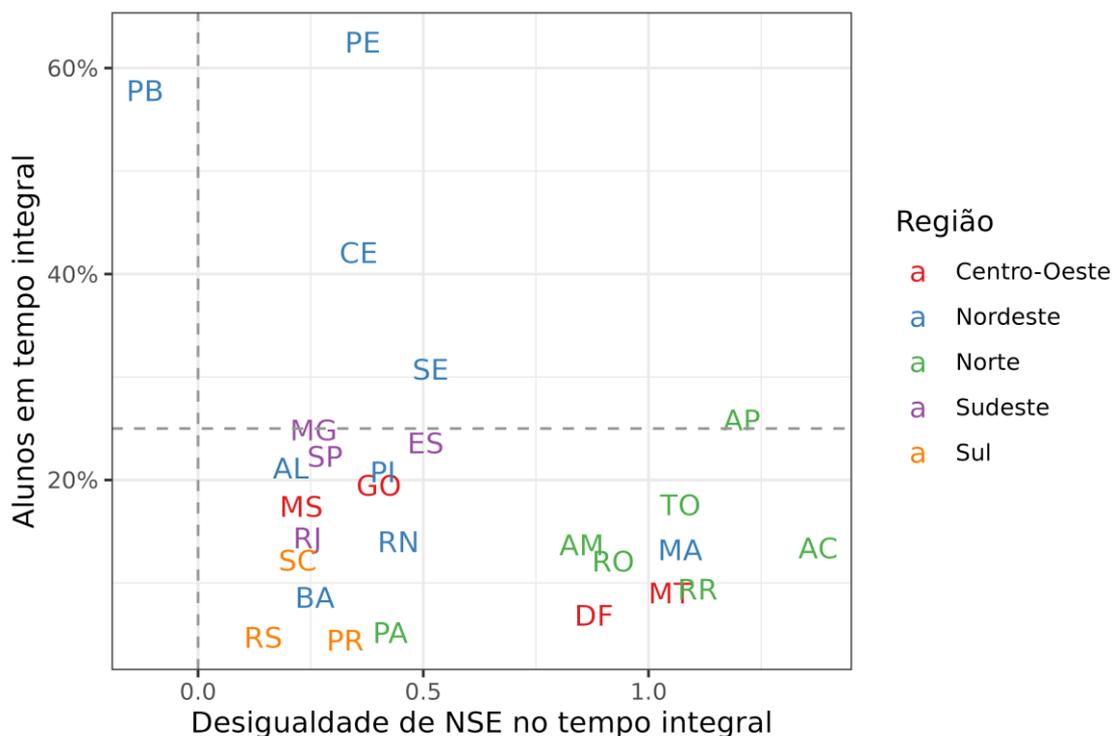


Fonte: Painel XXX

A Figura 3 compara as Unidades Federativas quanto à implementação do TI no Ensino Médio, em termos de cobertura (eixo vertical) e de desigualdade (eixo horizontal). A Paraíba, além de ser a única a promover a igualdade, tem alta cobertura, 58% dos alunos. No quadrante oposto, os estados do Norte (exceto Pará) apresentam baixa cobertura e alta desigualdade. A Figura 3 também serve como exemplo da

complementariedade entre os dois indicadores, mostrando a importância de se ter indicadores de desigualdade associados às metas educacionais.

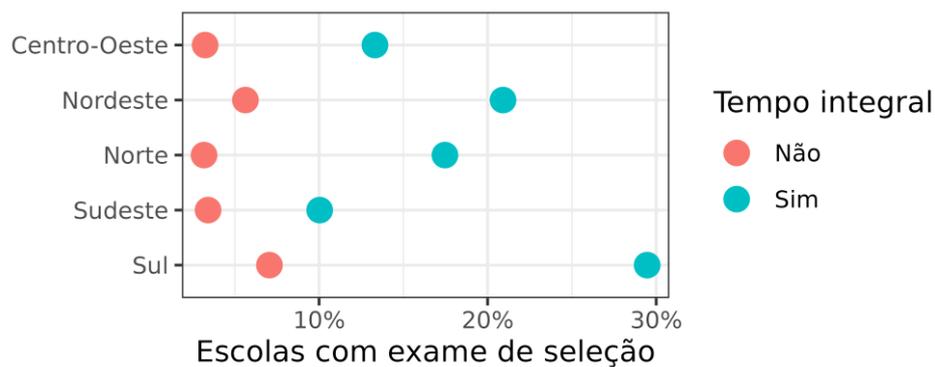
Figura 3: implementação do tempo integral em termos de cobertura e desigualdade



Fonte: dados do INEP. NSE: Nível Socioeconômico.

O que gera essa desigualdade na implementação do TI no Ensino Médio? Dentre os possíveis motivos, podemos incluir: 1) a necessidade do aluno mais pobre trabalhar prematuramente; 2) as escolas de TI costumam ter mais exames de seleção, cujos resultados são associados ao nível socioeconômico. A Figura 4 mostra que isso acontece em todas as regiões e especialmente no Sul, em que 30% das escolas de TI tem exame de seleção, enquanto nas escolas sem TI esse valor não chega a 10%.

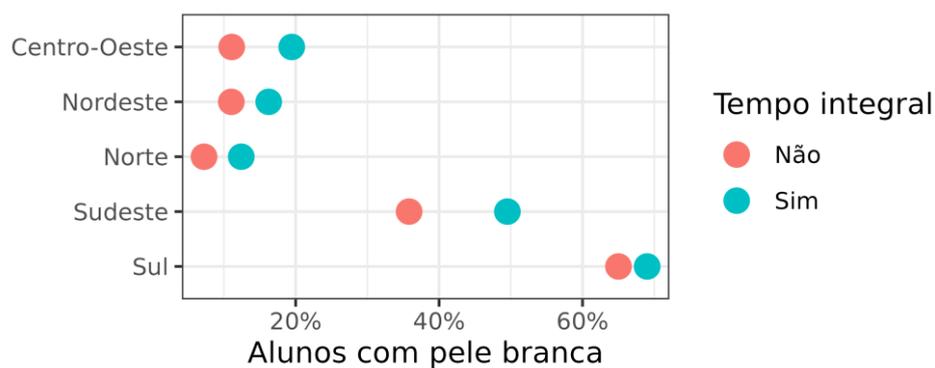
Figura 4: percentual de escolas com exame de seleção



Fonte: dados do Censo Escolar 2022.

Em relação ao perfil dos alunos, observa-se desigualdade em relação à cor da pele em todas as regiões, especialmente no Sudeste (Figura 5).

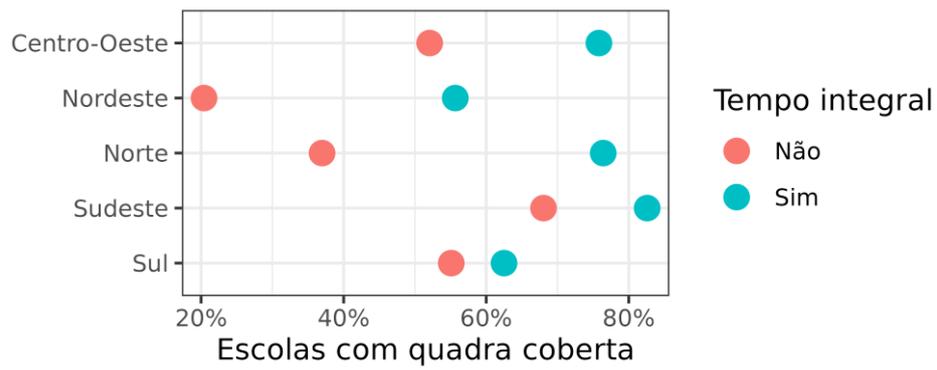
Figura 5: percentual de alunos com pele branca



Fonte: dados do Censo Escolar 2022.

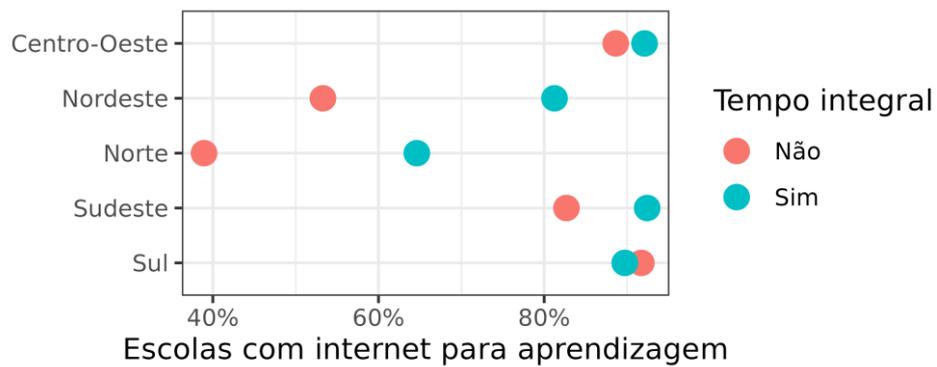
Esses alunos com perfil menos vulnerável das escolas de TI, além de terem mais horas de aula, também recebem melhores condições. Essas escolas costumam ter mais quadra coberta (Figura 6), mais internet para aprendizagem (Figura 7) e mais laboratórios de ciências (Figura 8).

Figura 6: percentual de escolas com quadra coberta



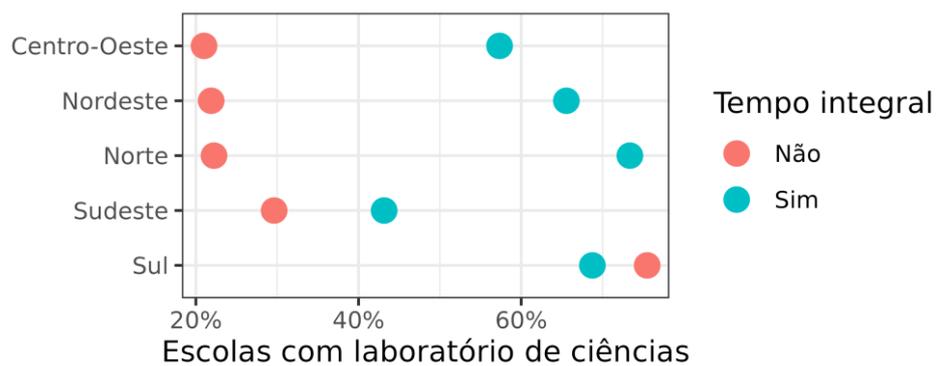
Fonte: dados do Censo Escolar 2022.

Figura 7: percentual de escolas com internet para aprendizagem



Fonte: dados do Censo Escolar 2022.

Figura 8: percentual de escolas com laboratório de ciências



Fonte: dados do Censo Escolar 2022.

## Conclusões

Os resultados mostram a importância de indicadores de desigualdade no tempo integral como complemento aos indicadores diretamente relacionados à Meta 6. No Ensino Médio, foi observada desigualdade socioeconômica em todos os estados, com exceção da Paraíba. Na maioria dos estados, as escolas de tempo integral costumam oferecer melhores condições materiais e mais horas de aprendizagem para alunos menos vulneráveis da rede pública, gerando assim mais desigualdade.

Tais resultados são importantes não apenas para as políticas de escola em tempo integral, mas também para o debate sobre o novo Plano Nacional de Educação, suas metas e indicadores. O indicador aqui proposto apresenta limitações e pode ser aprimorado, até porque utiliza dados agregados no nível da escola, atualmente o menor nível disponibilizado publicamente pelo INEP.

## Referências

COUTINHO, Ângela Scalabrin; ALVES, Thiago. Desigualdade de acesso à educação infantil: Uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. **Educar em Revista**, v. 35, p. 194–217, 2019.

GIROTTI, Eduardo Donizeti; CÁSSIO, Fernando L. A desigualdade é a meta: implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. **Education policy analysis archives**, v. 26, p. 109–109, 2018.

INEP. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. Brasília: Inep, 2022.

KRAFT, Matthew A. Interpreting Effect Sizes of Education Interventions. **Educational Researcher**, v. 49, n. 4, p. 241–253, 1 maio 2020.

SIMÕES, Armando Amorim. As metas de universalização da educação básica no Plano Nacional de Educação o desafio do acesso e a evasão dos jovens de famílias de baixa renda no Brasil. **Série PNE em Movimento**, n. 4, p. 52–52, 2016.

TCE/SP. **IV Fiscalização Ordenada: escolas em tempo integral**. São Paulo: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/IVFO2023-RelatorioConsolidado.pdf>>.

THOMAZINHO, Gabriela; OLIVEIRA, Romualdo. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, p. 511, 1 jun. 2016.